Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico 2
Título: Tarcísio indica presidente da Petrobras para secretariado 2
Título: Câmara aprova projeto que prorroga prazo de subsídio da energia solar 4
Título: Petrobras reduz preços de derivados 6
Título: Transição vê Petrobras indo além do pré-sal 8
Título: Análise: Investidor da Petrobras está preocupado com o futuro da governança 10
Título: Nova Milano estreia em energia com a RZK 13
VEÍCULO: Estado de S. Paulo 15
Título: Estados pagam pela demagogia federal 15
Título: Senadores e deputados do MDB entram em disputa por ministérios 17
Título: Barbosa defende impostos sobre combustíveis 19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo 20
Título: Mitos e verdades sobre os dividendos da Petrobras 20
Título: Tarcísio anuncia presidente da Petrobras como secretário de Gestão em SP 22
Título: Petrobras reduz preços da gasolina e do diesel em suas refinarias 25
VEÍCULO: O Globo 27
Título: Novo governo quer Petrobras investindo mais em exploração 27
Título: Petrobras baixa gasolina e diesel 29
Título: Novo governo terá de analisar volta de PIS/Cofins sobre combustíveis 30

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/12/2022

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira

Título: Tarcísio indica presidente da Petrobras para secretariado

O atual presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, será o secretário de Gestão e Governo Digital do governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O anúncio foi feito nesta terça-feira pelo coordenador da transição, Guilherme Afif Domingos (PSD). A estatal confirmou o aceite ao convite.

Paes de Andrade será titular da atual pasta de Orçamento e Gestão, que será desmembrada. A área de Orçamento será absorvida pela futura Secretaria de Fazenda. Andrade também foi secretário de Desburocratização do ministro da Economia, Paulo Guedes, antes de assumir a Petrobras. Atuou ainda como diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

"Ele [Andrade] cuidou do processo de digitalização com amplo sucesso. Foi exatamente essa parte do currículo dele que o fez ser escolhido pelo governador Tarcísio", afirmou Afif.

Em nota, a Petrobras disse que "nas próximas semanas, o presidente Caio Paes de Andrade seguirá na sua atual função e não participará da transição em São Paulo". Procurada, a assessoria de imprensa da petrolífera disse que ainda não há informação sobre a data de saída de Andrade da companhia. Deixando a estatal em 1º de janeiro de 2023, é provável que a Petrobras mantenha um presidente interino até que ocorra a efetivação do nome que será escolhido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ninguém de fora dos quadros da Petrobras pode assumir a função de presidente da estatal sem antes passar por avaliações de governança e ter a aprovação da assembleia de acionistas.

Durante o anúncio, Afif confirmou que Guedes não assumirá a Secretaria de Fazenda de São Paulo após deixar o Ministério da Economia, com o final do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL), em 31 de dezembro. Segundo Afif, o ministro atuará à distância, como conselheiro da Secretaria de Fazenda.

“É difícil para ele [Guedes] ser secretário, exatamente pelo fato de a secretaria ser uma função burocrática. E comprometimento burocrático não é a característica dele, ele é um pensador”, disse Afif.

O nome do secretário de Fazenda será anunciado nesta quarta-feira. O economista Samuel Kinoshita deverá ser indicado como futuro chefe da Fazenda paulista, disseram auxiliares próximos do governador eleito. Ele coordenou a área econômica do programa de governo de Tarcísio e integra o governo de transição. Também foi assessor especial de Paulo Guedes e membro do Conselho Fiscal do Banco do Brasil entre 2020 e 2022.

Afif anunciou ainda o atual secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, como secretário de Relações Internacionais do futuro governo Tarcísio. Ferraz integra a equipe de transição de governo.

O coronel da reserva do Exército Sérgio Henrique Codello Nascimento será o superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) — na gestão do atual governador Rodrigo Garcia (PSDB), o órgão é uma área de influência política do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Milton Leite (União Brasil). Codello é o atual superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), autarquia federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

Afif anunciou ainda que a atual chefe da assessoria de imprensa do governador eleito, Laís Vita, que trabalhou com Tarcísio na Comunicação no Ministério da Infraestrutura, será a futura secretária de Comunicação do governo de São Paulo.

O partido a que Tarcísio é filiado, o Republicanos busca emplacar mais três nomes em secretarias, além do de Roberto de Lucena, já confirmado para o Turismo. A sigla presidida pelo deputado federal Marcos Pereira (SP) quer as pastas de Agricultura, Habitação e Esportes. O atual presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Guilherme Ribeiro, é o mais cotado para a Agricultura.

Já Aildo Rodrigues, que participa da transição no grupo temático de Educação, Cultura e Esportes, tende a ser o titular da pasta de Esportes, segundo auxiliares próximos de Tarcísio. A Habitação ainda não tem um nome previsto, mas a capilaridade da pasta com os municípios interessa ao projeto político do

Republicanos. Pereira já afirmou que a meta da sigla é ampliar o número de prefeituras, de olho na eleição municipal de 2024.

Tarcísio tem priorizado pessoas com quem trabalhou no governo Bolsonaro, além de nomes ligados a Kassab e a Afif.

As decisões do governador eleito têm sido alvo de críticas de bolsonaristas, que almejam maior espaço no governo. Por ora, o único bolsonarista indicado por Tarcísio é o deputado federal Capitão Derrite (PL-SP). Em janeiro ele assumirá uma das áreas estratégicas — e sensível — do governo, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP).

Há ainda insatisfação de siglas que apoiaram a candidatura de Tarcísio no segundo turno, entre as quais o União Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/12/2022

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Título: Câmara aprova projeto que prorroga prazo de subsídio da energia solar

Texto concede benefício também a PCHs, com impacto bilionário para conta de energia

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, por 260 votos a 83, projeto de lei que adia por seis meses o prazo para concessão de subsídios para consumidores que instalarem placas de energia solar. Além disso, foi concedido o mesmo benefício para quem construir pequenas centrais hidrelétricas (PCH) de até 30 MW.

A proposta elevará a conta de luz dos demais consumidores em R$ 118 bilhões até 2045, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O texto segue para análise do Senado Federal.

O projeto ainda obriga o governo federal a contratar 1.500 MW de pequenas centrais hidrelétricas de até 50MW na região Centro-Oeste. Essa contratação era parte dos “jabutis” incluídos por parlamentares em troca da aprovação da privatização da Eletrobras. Na época, exigiu-se a contratação de 2.500 MW de

térmicas a gás, mas agora parte dessa energia poderá ser contratada por meio de PCHs. Os contratos precisam ser fechados pelo governo até 2023.

A proposta foi criticada pelo PT, partido que comandará o governo federal a partir de janeiro. O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) disse que o projeto onera aqueles que não tem condição de pagar a instalação de placas de energia solar. “Queremos energia limpa, queremos energia renovável, mas queremos energia barata”, afirmou. “Precisamos organizar nossa matriz energética e esse projeto não ajuda em relação a isso”, criticou.

Parte dos deputados reclamou que o prazo para acabar em 7 de janeiro de 2023 a concessão do subsídio para a instalação de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica foi fruto de um acordo para aprovar o marco legal do setor no ano passado e que houve um ano para os consumidores aderissem.

Relator da proposta, o deputado Beto Pereira (PSDB-MS) rebateu que o acordo foi descumprido pelo governo porque o Conselho Nacional de Política Energética não estabeleceu nos seis meses exigidos pela lei as diretrizes para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcular o valor dos benefícios da energia solar.

“Trazer esse debate novamente à Casa é uma necessidade, tendo em vista o descumprimento da lei por parte do governo”, disse.

Além disso, o relator criou esse subsídio para quem construir, nos próximos dois anos, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) de até 30 MW. A proposta, segundo a Abradee, R$ 56 bilhões para os demais consumidores até 2045, que terão que arcar com os custos desse incentivo. "Para não perderem a alta margem de lucro obtida por tais subsídios, as empresas que investem na Geração Distribuída não se conformam em seguir o que foi acordado por elas mesmas durante a construção do Marco Legal", protestou a Abradee em nota.

Os petistas tentaram barrar a aprovação, mas tiveram o apoio apenas de Psol, Novo e PCdoB e foram derrotados por um acordo entre os demais partidos. O governo Jair Bolsonaro não se manifestou sobre o adiamento do subsídio para a geração de energia solar, mas defendeu a exclusão do artigo que estende o benefício para as PCHs. O PL, partido do presidente, contudo, votou pela aprovação integral do projeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/12/2022

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto e Rafael Rosas

Título: Petrobras reduz preços de derivados

A Petrobras anunciou ontem a redução nos preços do óleo diesel e da gasolina - os primeiros cortes desde setembro. Analistas consultados pelo Valor destacam que as quedas acontecem em um momento em que os preços dos derivados no país estão mais elevados que no exterior, fruto das recentes reduções das cotações do barril de petróleo.

A partir de hoje, o preço médio do óleo diesel A da estatal para as distribuidoras passará de R$ 4,89 para R$ 4,49 por litro, uma redução de R$ 0,40 por litro, ou 8,91%. Para a gasolina A, o preço médio de venda da companhia para as distribuidoras cai de R$ 3,28 para R$ 3,08 por litro, uma redução de R$ 0,20 por litro, ou 6,49%.

No ano, a gasolina acumula queda de 0,32%, enquanto o diesel teve alta de 34,43% o litro.

O consultor em gerenciamento de risco da StoneX, Pedro Shinzato, avalia que há espaço para mais cortes nos preços, caso permaneça o atual cenário de petróleo e dólar. Segundo ele, com as reduções, os preços encontram-se com espaço para uma redução de 10,9% para o diesel e de 7,4% para a gasolina.

O último corte nos preços do diesel foi anunciado em 19 de setembro, enquanto os preços da gasolina tiveram redução anunciada pela última vez no dia 1º de setembro, numa sequência de quedas após adoção de cortes de alíquotas de impostos e cotações internacionais mais favoráveis. Entre julho, quando a empresa iniciou redução de preços, e setembro, a Petrobras fez quatro cortes nos preços do diesel e três nos da gasolina.

Para a companhia, as reduções anunciadas ontem acompanham a evolução dos preços de referência e são coerentes com a prática da estatal, “que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio”.

Em apresentações públicas, diretores da empresa têm reforçado que não há periodicidade definida para repasses. A queda de preços era esperada no mercado.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, ressalta que a Petrobras praticou preços abaixo da paridade por pouco tempo desde o período eleitoral, o que não configurou tendência suficiente para fazer a estatal elevar os valores nas refinarias na ocasião. O analista acrescenta que, desde então, as quedas nas cotações do petróleo levaram a companhia a vender derivados por preços acima da paridade. “Chegamos a praticar preços acima da paridade por mais de 30 dias e sem reajuste. Teve uma assimetria atemporal para o reajuste”, firma Sanchez.

De acordo com Sérgio Araújo, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o cenário externo ainda é de volatilidade, com notícias que resultam em projeções desencontradas de aumento ou de redução de demanda. Ele observa, porém, que num horizonte mais longo, os preços internos já vinham gerando “defasagem negativa”, situando-se acima dos preços internacionais. Antes do corte de preços, a Abicom estimava uma defasagem média acima da paridade de 8% para os preços do óleo diesel e da gasolina.

O anúncio ocorreu um dia após a diretoria da estatal reunir-se com o grupo de trabalho da equipe de transição do governo Lula, que já vinha sinalizando explicitamente a intenção de mudar a política de preços da companhia. Os executivos da Petrobras, liderados pelo diretor de comercialização e logística da companhia, Claudio Mastella, e pela advogada-geral da companhia, Taisa Maciel, apresentaram a metodologia para formação de preços, no âmbito da Paridade de Preço Internacional (PPI), nas refinarias.

Segundo fontes a par do tema, a Petrobras mudou o cálculo a fim de não transferir de imediato a volatilidade dos preços internacionais para o mercado brasileiro. Fontes próximas da estatal, porém, negam que tenham sido feitas alterações no cálculo. “Os reajustes tornaram-se muito politizados este ano”, disse um especialista sob a condição de anonimato.

Data: 07/12/2022
Seção: Empresas
Autor: Fábio Couto e Rafael Rosas
Título: Transição vê Petrobras indo além do pré-sal

O grupo de trabalho de petróleo e gás da equipe de transição do governo eleito questionou a Petrobras sobre o que considera como baixo investimento em exploração de novas áreas petrolíferas. De acordo com o Plano Estratégico 2023-2027, divulgado na semana passada, a prioridade da companhia na exploração serão os campos localizados no pré-sal e na Margem Equatorial, região considerada promissora, que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte.

O Valor apurou, no entanto, que na visão de integrantes da transição a Petrobras precisaria investir mais em novas descobertas, uma vez que as reservas comprovadas teriam duração de dez anos. Esse horizonte é considerado muito baixo para o futuro da empresa na avaliação de participantes da equipe.

"Desinvestimentos não são fundamentais para o financiamento da Petrobras", diz Edmar de Almeida, da PUC-Rio

O tema foi levantado na segunda reunião presencial entre executivos da companhia e membros do grupo de energia da equipe de transição, na terça-feira (6), cuja pauta foi o plano estratégico 2023-2027. Apesar das críticas, a Petrobras elevou em 9% os investimentos na exploração de novas áreas, para US$ 5,5 bilhões. Um dos alvos dos recursos é a reposição da produção que se perderá com o declínio natural dos campos. No total, ela projeta perfurar 42 poços nos próximos cinco anos.

Fernando Borges, diretor de exploração e produção da companhia, disse em apresentação na semana passada, que "a gente luta contra declínio natural da ordem de 10% ao ano". Isso significa, de acordo com o executivo, que a empresa precisa incorporar 300 mil boe/dia à produção a fim de fazer frente ao declínio natural e manter a produção na casa dos 3 milhões de barris. A margem equatorial deve contar com 16 poços exploratórios, enquanto bacias do Sudeste terão 24 poços perfurados, de acordo com o plano estratégico.

Outros dois poços estão situados no bloco de Tayrona, na Colômbia, "onde tivemos uma importante descoberta de gás natural em águas profundas",

segundo o executivo, na ocasião. A Petrobras elevou em pouco mais de US$ 7 bilhões a previsão de investimentos em exploração e produção para os próximos cinco anos, para US$ 64 bilhões.

De acordo com um especialista do segmento, que falou na condição de anonimato, o dinheiro é finito e a empresa tem que priorizar as áreas que entenda ser do interesse dela. Segundo ele, existem áreas como as bacias de Pelotas e Potiguar, por exemplo, que podem ser perfuradas em campanhas exploratórias, mas a decisão de investimento em exploração pela Petrobras deve considerar o potencial retorno desses ativos no futuro.

Esse especialista salientou que uma relação entre reservas e produção de dez anos é "saudável" para companhias do porte da Petrobras. Abaixo desse horizonte, há necessidade de investimentos em novos campos, para reposição. Ele ressaltou ainda que a tentativa de investir em diversas áreas, do pré-sal a biocombustíveis, por exemplo, resultou no endividamento recorde da empresa, da ordem de US$ 160 bilhões em 2014, que veio sendo reduzido nos últimos anos. A empresa tem mantido a dívida bruta em torno de US$ 60 bilhões, valor considerado ideal para a companhia.

Além dos aspectos relativos ao portfólio da Petrobras, o grupo de trabalho ratificou o pedido para que a empresa suspenda o processo de desinvestimentos até a posse do novo governo, apurou o Valor. De acordo com fontes a par do tema, estão previstos 50 projetos para serem desinvestidos pela companhia, sendo que cinco têm previsão de fechamento ainda neste ano. Todos eles são relativos a campos de petróleo.

Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, lembra que parte dos desinvestimentos da Petrobras são compromissos assumidos com o Conselho Administrativo e Defesa Econômica (Cade) para a venda de ativos. "Nesses casos, não é só uma questão de mudar [a diretriz] de uma hora para a outra", ressalta. "Tem que estudar e ver o que pode e o que não pode ser feito, tem que ver onde há implicações regulatórias", acrescenta.

Em termos meramente financeiros, Almeida explica que suspender eventuais vendas de ativos não deve, pelo plano 2023-2027, trazer grandes abalos à capacidade de financiamento da estatal. Isso porque a petroleira espera fazer desinvestimentos entre US$ 10 bilhões e US$ 20 bilhões nos próximos cinco anos.

“Parece muito, mas é de 5% a 10% do fluxo de caixa que a companhia espera receber. Ou seja, [os desinvestimentos] não são fundamentais para o financiamento da empresa”, afirma Almeida.

Para ele, é natural que o novo governo queira implantar uma nova diretriz na principal estatal brasileira. Mas Almeida reitera que a decisão de interferir ou não em processos de venda já em andamento deverá ter como base o ponto de vista regulatório. “Quando o novo governo assumir, vai mudar a diretoria, colocar outra diretriz e vão ter que ser feitos estudos para mudar e refletir a visão do governo”, diz o professor da PUC-Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 07/12/2022
Seção: Empresas
Autor: Francisco Góes
Título: Análise: Investidor da Petrobras está preocupado com o futuro da governança

Enquanto diretores da Petrobras se reúnem com integrantes da equipe de transição do governo eleito, investidores estão preocupados com o rumo das decisões e têm dúvidas se a governança da companhia será respeitada.

Ontem houve um encontro entre gestores da empresa e integrantes da equipe de transição para discutir preços de petróleo e derivados. Hoje está prevista mais uma rodada para falar do Plano Estratégico 2023-2027 e ainda nesta semana deve ser realizada outra reunião para discutir gestão de portfólio e carteira de investimentos.

A atenção do mercado resulta do fato de que o governo eleito tem dado sinais que pretende mudar a política de preços dos combustíveis da Petrobras, quer aumentar os investimentos da empresa e prega a redução dos dividendos pagos aos acionistas, para ficar em três pontos-chave.

“Quer se investir em refino [no próximo governo], mas questiona-se a prática de preços de mercado”, diz um interlocutor próximo da companhia. Entre 2010 e 2014, a prática sistemática de preços abaixo do mercado provocou grandes perdas à companhia.

Depois desse período, no governo Temer, o estatuto da Petrobras foi reformulado e, no artigo 3º, inciso 6º, passou a prever que a Petrobras pode ser usada para fazer política pública (dar subsídios), mas precisa ser compensada a cada exercício fiscal.

Especialistas na indústria dizem que se o novo governo praticar preços artificiais para o diesel e a gasolina vai "expulsar" do país os novos players de refino e importadores. Há hoje atores privados em cinco refinarias: Acelen, Six, Remam, Lubnor e RPCC.

O Plano Estratégico 2023-2027 prevê US$ 9,2 bilhões de investimentos em refino e gás, sendo que 47% dos recursos são destinados à expansão, qualidade e eficiência do parque nacional de refino. O valor corresponde a 12% do investimento total do plano, de US$ 78 bilhões em cinco anos.

Ontem o coordenador do grupo de trabalho de energia da transição, Maurício Tolmasquim, disse ao Valor que o novo governo pretende investir mantendo a lucratividade da Petrobras e indicou que a empresa investirá na modernização do parque de refino existente. É uma diretriz que consta do plano divulgado na semana passada.

Caso o novo governo queira, porém, mudar o Plano Estratégico de forma substancial vai precisar de tempo. Cerca de 95% do investimento de 2023 em projetos está compromissado, percentual que cai para 90% em 2024 e para 80% em 2025. Entre o lançamento de um edital para investimento em refino, por exemplo, e a assinatura do contrato, gasta-se, em média, algo como 10 meses.

O novo plano da Petrobras prevê investimentos no segundo "trem" da Refinaria Abreu e Lima (PE), que foi alvo de investigações da Lava-Jato nas gestões petistas, e também projeta aportes no Gaslub (ex-Comperj), inclusive para interligar a unidade à Refinaria Duque de Caxias (Reduc) com o objetivo de produzir diesel com baixo teor de enxofre.

O Comperj foi um dos símbolos da má gestão do PT na Petrobras pois começou com a ideia de uma grande refinaria e nunca foi terminada. Uma das máximas envolvendo grandes projetos industriais e de infraestrutura é que a obra mais cara é aquela inacabada.

“Se o país quer se manter integrado ao mercado internacional de petróleo, tem que ter preços alinhados [a esse mercado]”, diz uma fonte. A Argentina, lembra, ao tabelar o preço do diesel fez faltar produtos em diversas sub-regiões do país.

A prática de preços de mercado pode ser vista em outras commoditiescujos preços são formados no mercado internacional, caso do minério de ferro e da soja, por exemplo.

Um eventual controle de preços dos derivados poderia levar, no limite, ao desabastecimento uma vez que outros refinadores e importadores deixariam de operar. A Petrobras, nessa hipótese, poderia “tomar” o mercado, tendo que importar, inclusive, com prejuízo.

Em 2022, a Petrobras caminha para terminar o ano atingindo a paridade com o preço de importação, segundo fontes. A empresa não tem repassado a volatilidade de curto prazo, especialmente neste ano marcado pela guerra na Ucrânia que teve reflexos na oferta e demanda mundial de petróleo e gás.

Uma eventual mudança na política de preços exigirá também alterar o estatuto da companhia, o que terá de ser feito em assembleia de acionistas. Terá que passar ainda por assembleia toda e qualquer mudança na direção da empresa, incluindo o conselho de administração, instância que indica as diretrizes a serem seguidas pela companhia. Isso não impede que o governo eleito tente mudar o presidente da petroleira antes da assembleia, como foi feito no governo Bolsonaro.

Fontes dizem que todos os passos de checagem e conformidade em relação aos nomes dos indicados vão precisar ser observados. Esse pode ser um ponto de conflito uma vez que o “timing” do governo para aprovar os seus candidatos nem sempre é o mesmo do tempo requerido pela empresa, como mostrado no atual governo, que trocou o presidente da Petrobras quatro vezes.

Nas discussões entre a atual gestão da empresa e o governo eleito ainda falta assinar acordos de confidencialidade para que muitos documentos possam ser repassados aos integrantes do grupo de energia da transição.

A preocupação do mercado é que erros do passado não se repitam.

Foram muitos desses erros que levaram a Petrobras a ter que assinar um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e a pagar multas bilionárias, incluindo processos movidos por investidores. Entre o acordo com o DoJ e os processos de acionistas, a Petrobras pagou algo como US$ 4 bilhões (mais de R$ 20 bilhões pelo câmbio atual).

Hoje o DoJ discute regras de aplicação geral de aumento das penalidades para casos de "reincidência", dizem fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 07/12/2022
Seção: Empresas
Autor: Robson Rodrigues
Título: Nova Milano estreia em energia com a RZK

Aporte de R$ 215 milhões garante fatia de 50% e servirá para expandir a plataforma de negócio e financiar construção de novas usinas

Apostando em um novo mercado, a gestora Nova Milano Investimentos acaba de comprar 50% da RZK Energia, por R$ 215 milhões, e entrar no setor elétrico. O dinheiro chega em um momento em que a RZK busca capital para financiar a construção de novas usinas solares ou de biogás voltadas para a geração distribuída e no mercado livre, expandir a plataforma de energia e mirar em futuras aquisições de ativos em operação (brownfield).

A RZK tem atualmente 15 usinas e 75 MWp funcionando, além de outros 100 MWp em construção. Pelo menos 80% dos recursos devem ir para a conclusão dos empreendimentos. O restante pode ser usado na aquisição de uma comercializadora de energia ou uma energytech.

"Nossa plataforma tem as plantas de geração, a comercializadora e uma empresa de tecnologia para poder trabalhar junto aos clientes. O dinheiro é para a gente expandir e consolidar essa plataforma (...). A ideia é fazer M&As em fontes que já atuamos, seja biogás ou solar. Também podemos usar para comprar uma comercializadora ou empresa de tecnologia", diz o CEO da empresa, João Pedro Neves.

O gestor da Nova Milano, Vinicius Mastrorosa, conta que a casa é focada no mercado imobiliário, mas já olhavam para o setor elétrico com atenção, por conta da resiliência dos investimentos. Além disso, a gestora já tinha feito um financiamento para a RZK Energia em 2020 de uma usina de biogás, que já foi pago.

“Agora temos 50% da empresa no primeiro negócio em que viramos sócio no segmento de energia (...). Dois pilares foram fundamentais para a nossa decisão: o primeiro foi o sócio com histórico e que nos deu a tranquilidade. O segundo foi que o setor elétrico sempre esteve no radar por ser seguro, ter uma demanda estrutural enorme e de prazo longo”, frisa Mastrorosa.

Este é o primeiro aporte de equity, mas a empresa deve continuar buscando mais investimentos e futuramente pretende acessar o mercado de capitais. A empresa tem a ambição de alcançar um valor total de capacidade de investimento adicional da ordem de R$ 1,2 bilhão em novas rodadas de captação em dívidas.

Neves acredita que com a entrada Nova Milano, a empresa terá a possibilidade de acesso a outros investidores que poderão contribuir com a expansão da empresa. A gestão da RZK vai manter o formato atual, mas o board administrativo passará a ser composto por representantes do Grupo Rezek, holding da RZK Energia, e da Nova Milano. O novo sócio terá também uma cadeira no conselho de administração. Os outros 50% ficam nas mãos dos sócios fundadores.

O sócio do Grupo Rezek, José Ricardo Rezek, explica que a empresa atua também em serviços, em que os clientes pagam por um serviço de energia sem ter que fazer nenhum investimento em infraestrutura ou equipamentos geradores (Energy as a Service, em inglês).

Eles fazem a gestão de 120 mil faturas no Brasil Parte dos recursos devem fortalecer este modelo de negócios em que a empresa deixa de ser apenas uma geradora de energia e passa a prestar serviços juntando a demanda com o consumo ao fazer o link com os clientes que têm em carteira.

Outro segmento que eles querem ser fortes é o mercado livre, dado o contexto de abertura em que um número maior de consumidores atendidos em alta tensão poderá optar pela compra de energia elétrica de qualquer supridor a partir de 1º janeiro de 2024.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 07/12/2022

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Estados pagam pela demagogia federal

Governadores tentam reconstituir o ICMS para superar as perdas bilionárias causadas aos Estados pelas bondades eleitorais de Bolsonaro, que feriram o princípio federativo

As bondades eleitorais falharam, a demagogia fracassou e o presidente Jair Bolsonaro foi derrotado, mas governos estaduais continuam pagando o preço de uma desastrosa jogada populista. Com apoio de congressistas também atraídos por soluções fáceis e erradas, o presidente da República promoveu a desoneração fiscal de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Para agradar a consumidores, taxistas e caminhoneiros, decidiu-se aprovar, em Brasília, uma redução de alíquotas do tributo estadual mais importante, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Numa evidente violação do princípio federativo, autoridades federais cortaram dezenas de bilhões de reais da arrecadação estadual, privando os Estados de recursos essenciais para serviços como educação, segurança e saúde.

Efeitos efêmeros e ilusórios dessas medidas apareceram, durante alguns meses, nos preços de combustíveis e nos indicadores de inflação. Durante algum tempo, o presidente pôde alardear seu esforço anti-inflacionário, como se fosse possível combater o desajuste dos preços com medidas voluntaristas e de curto alcance.

A fantasia logo se dissipou, porque permaneceram, no mercado internacional e no Brasil, as causas do encarecimento de bens e serviços. A ilusão acabou, mas permaneceu a perda causada aos Estados e também aos municípios, porque a estes é destinada uma parcela da arrecadação do ICMS. Permaneceu para governadores e prefeitos o desafio de cumprir seu papel com menos dinheiro. Para as populações sobraram os danos ocasionados pelo ataque aos cofres estaduais e municipais.

Sem grandes alternativas para normalizar suas finanças, governos de alguns Estados – Pará, Piauí, Paraná e Sergipe – encaminharam às Assembleias propostas

de elevação de tributos. Divulgado depois dessa iniciativa, um trabalho do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) deu uma primeira indicação das mudanças necessárias para restabelecer a arrecadação. A recomposição da receita poderá ser alcançada, de acordo com esse estudo, se os Estados aumentarem a alíquota média do ICMS de 17,5% para 21,5% a partir de 2023. Essa alíquota média, ou padrão, proporciona cerca de um terço da receita anual do ICMS.

Outras medidas, como a redução ou a eliminação de benefícios setoriais, também podem reforçar a arrecadação, mas dependerão do exame das condições e das possibilidades de cada Estado.

É muito difícil, de fato, pensar em formas adequadas de compensar os estragos causados pela ação demagógica do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados no Congresso. Durante mais de meio século, governos estaduais ajustaram o ICMS a suas políticas de desenvolvimento e de atenção a necessidades setoriais e sociais. Algumas dessas ações, como a concessão de facilidades fiscais para atrair investimentos industriais e reduzir as desigualdades entre regiões, ocasionaram disputas políticas e judiciais e foram criticadas como causadoras de distorções e de má alocação de recursos. Algumas dessas críticas eram bem fundamentadas, mas, apesar disso, as estratégias de desenvolvimento regional produziram algum resultado.

Sem grande sucesso, houve tentativas de eliminar por meio de leis federais a guerra fiscal entre Estados. Mas, ao longo dessas disputas e tentativas de apaziguamento, o princípio federativo foi mantido.

Até atos defensáveis em outras circunstâncias foram realizados de forma errada, nos últimos anos, pelo poder federal. Havia argumentos ponderáveis a favor da redução do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica. Mas essa alteração só seria realizável de forma adequada como parte de um redesenho mais amplo e bem calculado – nunca de forma improvisada e demagógica, como se viu. Mas quem poderia, no Executivo federal, propor essa mudança planejada, funcional e economicamente benéfica? Não seria, com certeza, o titular da Economia, Paulo Guedes, um raro exemplo de ministro capaz de chefiar essa área por quatro anos sem jamais formular um projeto de política econômica.

Data: 07/12/2022

Seção: Política

Autor: Lauriberto Pompeu

Título: Senadores e deputados do MDB entram em disputa por ministérios

Partido quer indicar um nome pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado, deixando Simone Tebet como 'cota pessoal' de Lula

Senadores e deputados do MDB enfrentam a concorrência dos próprios colegas para garantir cargos no futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva, além da disputa com outros partidos por vagas na Esplanada dos Ministérios. Renan Calheiros (AL) e Eduardo Braga (AM), por exemplo, brigam para ter direito de indicar o ministro que vai representar a bancada do Senado. Braga quer controlar novamente **Minas e Energia** e Renan, garantir o senador eleito Renan Filho (AL) em uma pasta, sem indicar preferência por qual.

Para aumentar ainda mais o impasse, Lula quer que a cadeira a ser entregue à senadora Simone Tebet (MS), provavelmente a de Desenvolvimento Social, seja incluída na conta do MDB. As bancadas do partido no Congresso, porém, reivindicam um nome indicado pela Câmara e outro, pelo Senado, e insistem para que Simone permaneça na "cota pessoal" do futuro presidente.

Candidata que ficou em terceiro lugar na eleição para o Palácio do Planalto, Simone fez campanha para o petista no segundo turno e sua atuação foi considerada decisiva na conquista de votos mais ao centro.

INFLUÊNCIA

Os deputados vão definir nesta semana o nome a ser apresentado a Lula. Eles discutirão, ainda, a formação de blocos para negociar a distribuição de comissões na Câmara. A tendência do MDB é apoiar novo mandato para o presidente da Casa, Arthur Lira (PP). No Senado, a bancada respalda a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A família Barbalho, por sua vez, também quer influenciar na escolha de nomes para o governo. O governador do Pará, Helder Barbalho, e seu pai, o senador Jader, pretendem indicar um afilhado político para o Ministério do Desenvolvimento Regional. O próprio Helder foi ministro de Integração Nacional

no governo Michel Temer (MDB). Um nome de confiança da família, que pode ser apresentado a Lula, é o do deputado José Priante (PA).

Foi o governador do Pará, que esteve com Lula na COP- 27, quem organizou a reunião dos emedebistas com o presidente eleito, na semana passada, em Brasília. Além dele, também estavam presentes o presidente do MDB, Baleia Rossi (SP); o líder na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL); e o senador Marcelo Castro (PI), relator do Orçamento de 2023. Ao Estadão, Helder evitou falar sobre indicação do MDB para ministérios. “Falamos só do compromisso de fazer parte da base aliada e do bloco”, disse.

CONGRESSO

Há mais alas do MDB na Câmara, no entanto, que querem a prerrogativa de indicar um ministro. O ex-presidente do Senado e deputado eleito Eunício Oliveira (CE), que já foi titular das Comunicações no governo Lula, está na lista. Mas outros fatores pesam: se Renan Calheiros fizer um acordo para que Renan Filho não entre agora no primeiro escalão, mas tenha o apoio do Planalto para disputar o comando do Senado em 2025, o também alagoano Isnaldo Bulhões pode ser o nome sugerido pela bancada na Câmara.

No Senado, Renan leva vantagem na disputa por ter sido um dos primeiros do MDB a embarcar no projeto de Lula de voltar à Presidência. Já Braga, que também apoiou Lula, ajudou o petista a vencer no Amazonas, foi ministro de **Minas e Energia** no governo Dilma Rousseff (PT), mas manteve proximidade com o governo Bolsonaro no Congresso.

PREFERÊNCIA

Na prática, o MDB já sinalizou a preferência por comandar pastas que tenham “capilaridade” ou apelo nos municípios, como Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Cidades e Desenvolvimento Social – as duas últimas a serem recriadas. Nos bastidores, um grupo do MDB avalia que petistas têm aproveitado a divisão no partido para tentar rifar o nome de Simone Tebet.

Em reunião com Lula, na semana passada, deputados e senadores do PT deixaram claro que querem comandar Desenvolvimento Social, ministério responsável por

programas importantes, como o Bolsa Família. Simone, que faz parte do grupo na transição, também está de olho na pasta.

Como alternativa, uma solução sugerida a Lula seria a de escolher a senadora para o Meio Ambiente. O presidente eleito não aceitou. Nessa área, a deputada eleita Marina Silva (Rede-SP) só não será ministra se não quiser. Diante do movimento, Simone disse que não está atrás de "recompensas". Ela afirmou ainda que nunca conversou com Lula sobre cargos ou ministérios.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo
Data: 07/12/2022
Seção: Economia
Autor: Sofia Aguiar e Célia Froufe
Título: Barbosa defende impostos sobre combustíveis

Ex-ministro e integrante de equipe de transição diz que governo eleito tem de retomar a tributação dos combustíveis

Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e membro do governo de transição na área econômica, Nelson Barbosa defendeu ontem a retomada da tributação dos combustíveis. Para ele, o produto "não deve ser subsidiado indefinidamente".

"Uma questão para o próximo governo é quando e com qual velocidade voltar para a tributação de PIS e Cofins dos combustível", disse o ex-ministro. "No Orçamento do ano que vem, o governo atual previu essa continuação, mas eu acho que isso ainda não está transformado em uma lei", afirmou. O atual governo zerou as alíquotas dos tributos até o fim do ano, decisão vista como eleitoreira por adversários do presidente Jair Bolsonaro.

No entanto, o momento para o retorno da tributação, disse Barbosa, tem de ser avaliado levando em conta o cenário de inflação e de crescimento de juros. "Se você retoma muito rápido, o que você ganha de receita você perde no juro, porque a inflação sobe muito rápido", declarou. "É uma típica questão de administração de tempos e movimentos."

O ex-ministro classifica a situação como "muito delicada". "A recomendação que eu diria é retomar, sim, a tributação, mas o momento ainda está em aberto",

disse ele, em evento promovido pelos jornais Valor Econômico e O Globo ontem, em Brasília.

Sobre o ICMS (de competência dos Estados), Barbosa disse que a cobrança deve caminhar para alíquota modal comum a todos Estados, “mas que atenda às preocupações de não tirar muita receita dos Estados”.

NOVA ÂNCORA. Barbosa também afirmou que o grupo de transição já recebeu cinco propostas para uma nova âncora fiscal, mas frisou que a tendência é o grupo (integrado também por Guilherme Mello, Persio Arida e André Lara Resende) apresentar um texto próprio.

O ex-ministro Fernando Haddad também passou a participar das discussões depois de indicação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-prefeito é um dos mais cotados para assumir o Ministério da Fazenda no próximo ano, mas Lula disse que apenas indicará os nomes depois de sua diplomação, marcada para a próxima segunda-feira. “Faz parte do trabalho da transição receber sugestões. Recebemos e registramos. Esperamos fazer uma proposta nossa, que provavelmente vai combinar aspectos dessas e também com as nossas. Cada um dos quatro em algum momento já propôs algo”, disse ele.

SUGESTÕES. Todas as sugestões que chegaram à equipe econômica da transição “têm aspectos bons”, conforme o ex-ministro. “Por exemplo, a proposta do Tesouro, que foca na dívida líquida do governo geral (tira o Banco Central), eu acho um avanço. Antes, tinha discussão sobre dívida líquida ou bruta, sobre governo central ou geral, então é um avanço”, afirmou. Ele também citou contribuições dos senadores José Serra (PSDB-SP), sobre a regra de ouro, e Leila Barros (PDT-DF), que defende um viés social à âncora fiscal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/12/2022

Seção: Opinião

Autor: Pedro Medeiros

Título: Mitos e verdades sobre os dividendos da Petrobras

Não é novidade que o mercado de commodities é cíclico, alternando períodos de alta e de baixa. O preço internacional do petróleo atingiu US$ 20 em 2020 e, um ano depois, superou US$ 100.

A discussão sobre dividendos extraordinários da Petrobras, além de ignorar que a empresa ficou "extraordinariamente" anos sem remunerar União e demais acionistas diante do prejuízo em investimentos ineficientes, vem trazendo informações enganosas, como se a companhia estivesse "furando" caixa e tomando empréstimos para sustentar dividendos.

O Brasil, com alta produção e exportação de petróleo, tem de se preparar para usufruir dos dividendos que estatais eficientes e momentos favoráveis de preços permitem para reforçar suas políticas sociais. Países com grandes estatais de energia, como Arábia Saudita, Noruega e Colômbia, valorizam a possibilidade de dividendos, não o oposto.

Após caracterizada com o título de maior dívida corporativa do mundo em US$ 160 bilhões, a Petrobras equacionou seus compromissos e progressivamente aumenta investimentos e eficiência. Em 2019, aprovou política de remuneração aos acionistas prevendo justamente dividendos extraordinários quando observados critérios da sustentabilidade financeira.

Somente nos últimos 12 meses, reduziu sua dívida em mais de US$ 5 bilhões (de US$ 59,6 bilhões para US$ 54,3 bilhões), investiu cerca de US$ 10 bilhões e recolheu US$ 56 bilhões em impostos e tributos. Dividendos de mais de US$ 15 bilhões para a União, sócia majoritária da companhia, além da remuneração aos demais acionistas, foram pagos justamente por conta dos saudáveis níveis de endividamento e caixa alcançados através dos resultados gerados.

Outra confusão circulando associa remuneração crescente a acionistas com redução de investimentos —ignorando que, na política da empresa, os dividendos são calculados após os investimentos. Atualmente, a Petrobras é uma das poucas empresas no mundo a publicar anualmente, de forma transparente, seu Plano Estratégico com investimentos aprovados para os próximos cinco anos. O plano atravessa diversas instâncias de aprovação, avaliando o potencial de seus projetos e os recursos gerados da companhia.

A transformação da empresa e de sua governança, nos últimos anos, permitiu o salto de recorde de endividamento para eficiência e desempenho em projetos. Dentre alguns exemplos, a plataforma P-71, com capacidade para produzir cerca de 3,7% do petróleo nacional, será antecipada para ainda este ano, acelerando

receita para União, acionistas, estados e municípios na forma de royalties em momento favorável de preços internacionais.

No contexto atual de discussão da expansão fiscal, a melhor contribuição que uma estatal atuando em mercado competitivo pode trazer ao Estado é justamente sua eficiência, distribuindo esses resultados a seu acionista majoritário de maneira a acelerar políticas públicas fundamentais à sociedade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo
Data: 07/12/2022
Seção: Política
Autor: Artur Rodrigues
Título: Tarcísio anuncia presidente da Petrobras como secretário de Gestão em SP

O governador eleito Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou nesta terça-feira (6) mais três secretários de sua futura administração no Governo de São Paulo.

Um deles é Caio Paes de Andrade, presidente da Petrobras, que assumirá a pasta de Gestão e Governo Digital.

Tarcísio esteve nesta terça em Brasília, onde participou da cerimônia de posse de novos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), na qual chegou a conversar em tom descontraído com Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) visto como inimigo por bolsonaristas.

O governador eleito anunciou os novos secretários em rede social, mas quem falou no lugar dele em São Paulo foi Guilherme Afif Domingos (PSD), coordenador da transição.

Afif afirmou que Andrade foi escolhido principalmente pelo histórico anterior à Petrobras, que ele assumiu neste ano.

"A participação dentro do governo, primeiro presidindo o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e depois assumindo a secretaria dentro do Ministério da Economia que cuidou do processo de digitalização com muito sucesso, foi exatamente essa parte do currículo que o fez ser escolhido pelo governador Tarcísio", disse.

Andrade assumiu a Petrobras em junho, em meio à crise provocada pelos sucessivos aumentos dos combustíveis pela companhia. Na ocasião, a expectativa do governo Jair Bolsonaro (PL) era que ele segurasse novos reajustes até as eleições presidenciais.

O futuro secretário de Tarcísio é formado em comunicação social pela Universidade Paulista em São Paulo, com pós-graduação em gestão pela Harvard University e mestrado em administração de empresas pela Duke University.

Lais Vita, assessora de imprensa de Tarcísio, assumirá a pasta da Comunicação. Com mestrado em comunicação política pela Universidad Complutense de Madrid, ela atuou com o governador eleito chefiando o setor de comunicação da pasta da Infraestrutura, além de ter trabalhado como jornalista em redações.

Lucas Ferraz, que atua na gestão de Paulo Guedes no Ministério da Economia, assumirá a pasta de Assuntos Internacionais. No ministério, ele é secretário do Comércio Exterior. Também atuou como consultor sênior em comércio internacional para o Banco Mundial.

Tarcísio anunciou o coronel Sérgio Codelo para o DER (Departamento de Estradas de Rodagem).

Superintendente do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura) em São Paulo, Codelo é formado na área de engenharia, com graduação em ciências militares e bacharel em administração pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras).

Com a indicação, Tarcísio deve colocar fim à influência do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), sobre a autarquia estadual, responsável por diversas obras rodoviárias.

Leite e outros nomes próximos do atual governador Rodrigo Garcia (PSDB), que apoiaram Tarcísio no segundo turno das eleições, até agora não foram contemplados na equipe do futuro chefe do Palácio dos Bandeirantes.

O governador eleito já anunciou uma lista de mais de cem nomes para atuar na transição.

Além dos secretários anunciados nesta terça, os demais secretários já definidos são Arthur Lima (Casa Civil), Gilberto Kassab (Governo), Capitão Derrite (Segurança), Roberto de Lucena (Turismo), Natalia Resende (Infraestrutura e Meio Ambiente), Renato Feder (Educação) e Eleuses Paiva (Saúde).

Segundo o próprio Tarcísio, o principal trabalho da transição tem sido pensar em ajustes para o orçamento do próximo ano e desenhar a estrutura do novo governo. Algumas pastas devem ser extintas, outras serão fundidas e algumas serão criadas.

Os nomes anunciados pelo governador eleito para seu secretariado e sua equipe de transição indicam que ele terá foco em privatizações, como fez no governo Jair Bolsonaro (PL), ampliando as desestatizações vistas em gestões tucanas anteriores.

Os auxiliares incluem pessoas que trabalharam na área de concessões e privatizações com Tarcísio no Ministério da Infraestrutura e pessoas próximas ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes foi sondado para comandar a Secretaria da Fazenda, mas não assumirá esse cargo, embora siga nos planos para integrar o governo paulista em outra função.

"Na verdade, o Tarcísio sonha com isso, eu também. [Mas] É difícil para ele ser secretário, exatamente pela função do secretário envolve uma parte muito burocrática. E não é a característica dele, ele é um pensador. Então, se ele puder vir como um grande conselheiro para nós, será muito bem-vindo para nos orientar", disse Afif. O mais cotado para a secretaria é Samuel Kinoshita, ex-assessor no Ministério da Economia.

Na campanha e depois de eleito, Tarcísio deu indicativos de que pretende privatizar uma das principais estatais paulistas, a Sabesp. O futuro governador também afirmou que irá criar uma secretaria específica para cuidar de parcerias com a iniciativa privada.

Na segunda, em entrevista à CNN Brasil, o governador eleito disse que nunca foi "bolsonarista raiz" e que não quer entrar em uma "guerra ideológica" em seu governo.

"Eu nunca fui bolsonarista raiz. Comungo das ideias econômicas, principalmente, desse governo Bolsonaro. A valorização da livre iniciativa, os estímulos ao empreendedorismo, a busca do capital privado, a visão liberal. Sou cristão, contra aborto, contra liberação de drogas, mas não vou entrar em guerra ideológica e cultural", afirmou.

Nesta terça, Afif comentou as críticas a Tarcísio por apoiadores de Bolsonaro da área mais ideológica. "Na política, você tem que conviver com a crítica", disse Afif. "Ele disse o que existe, eu não sou um bolsonarista de raiz, eu sou bolsonarista."

Até o momento, o único bolsonarista considerado "raiz" incluído no primeiro escalão é o capitão Capitão Derrite (PL-SP) na pasta da Segurança.

No entanto, mesmo trazendo ele para equipe, Tarcísio acabou adiando a ideia de retirar as câmeras dos uniformes dos policiais, assim como fez com a bandeira de acabar com a obrigatoriedade de vacinação aos servidores, dois acenos importantes aos mais radicais dados durante a campanha.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo
Data: 07/12/2022
Seção: Mercado
Autor: Nicola Pamplona
Título: Petrobras reduz preços da gasolina e do diesel em suas refinarias

A Petrobras reduzirá a partir desta quarta-feira (7) os preços da gasolina e do diesel vendidos por suas refinarias. A gasolina cairá 6,1% para o menor valor desde o fim de setembro de 2021. O preço do diesel será reduzido em 8,2%.

É a primeira mudança no preço da gasolina em mais de três meses, período no qual a estatal chegou a vender o produto com elevadas defasagens em relação às cotações internacionais. O preço do diesel permanecia inalterado desde 20 de setembro.

Os anúncios ocorrem após apenas alguns dias de preços superiores às cotações internacionais, como reflexo da queda do petróleo e do dólar nos últimos dias, o que levantou questionamentos entre importadores de combustíveis.

"A Petrobras ficou mais de 90 dias com preço muito defasado e não houve reajuste. Agora, com dois ou três dias de preço mais alto, rapidamente faz ajuste de preços. São tratamentos bem diferentes", diz Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

Em nota, a estatal diz que as reduções acompanham a evolução dos preços de referência e são coerentes com sua prática de preços, que busca o "equilíbrio com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

A gasolina vendida pelas refinarias da Petrobras passará de R$ 3,28 para R$ 3,08 por litro, uma redução de R$ 0,20 por litro. O preço médio de venda de diesel para as distribuidoras passará de R$ 4,89 para R$ 4,49 por litro, uma redução de R$ 0,40 por litro.

O repasse às bombas depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos e dos preços dos biocombustíveis misturados a gasolina e diesel antes da venda ao consumidor final.

Durante a campanha para o primeiro turno das eleições, a Petrobras vinha fazendo anúncios semanais de quedas de preços de combustíveis, mas suspendeu a estratégia quando o petróleo passou a subir na campanha do segundo turno.

Nas últimas semanas, as cotações internacionais do petróleo cederam e a empresa passou a vender produtos mais caros do que no exterior.

Na abertura do mercado desta terça (6), o preço médio da gasolina nas refinarias brasileiras estava 8% acima da paridade, a R$ 0,24 por litro, segundo cálculo da Abicom. A diferença no preço do diesel também era de 8%, ou R$ 0,34 por litro.

Para analistas do banco Goldman Sachs, a Petrobras seguirá praticando preços acima do mercado internacional, mesmo após os cortes desta quarta: a gasolina ficará 2% acima do valor praticado no Golfo do México. O diesel ficará 13% acima.

Assim, os analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins avaliam que as margens de refino da companhia "permanecem em níveis saudáveis".

A queda nos preços dos combustíveis durante a campanha eleitoral ajudou a derrubar a inflação no país. No mês passado, porém, a gasolina voltou a subir nas bombas, com repasses da alta do etanol anidro, pressionando novamente a inflação.

O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) passou a 0,53% em novembro, depois de alta de 0,16% no mês anterior. Foi a taxa mais elevada desde junho, quando o índice avançou 0,69%, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O economista Guilherme Souza, da Ativa Investimentos, estima que o efeito dos cortes de preço anunciados nesta terça sobre o IPCA será de -1,6 ponto percentual, distribuídos praticamente meio a meio entre as referências de dezembro e janeiro.

"Vale pontuar, que ainda que a Petrobras tenha anunciado o reajuste negativo a partir de amanhã, estimamos que o efeito dessa queda para o consumidor deverá ser sentido apenas a partir do dia 13 de dezembro", afirmou.

Com isso, a perspectiva da Ativa para o IPCA de dezembro foi reduzida de 0,84% para 0,75%, enquanto a de janeiro recuou de 0,73% para 0,66%. Para o ano de 2022, Souza espera inflação de 5,9%; em 2023, de 5,2%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/12/2022

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Novo governo quer Petrobras investindo mais em exploração

No ritmo atual, reservas comprovadas da empresa durariam menos de dez anos

O governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva planeja elevar os recursos da Petrobras na área de exploração. A necessidade de aumentar os investimentos para a descoberta de novas reservas de petróleo e gás foi um dos temas

apresentados pelo grupo de transição em reunião realizada ontem com a atual direção da estatal. Os integrantes da transição também pediram a suspensão da venda de ativos da estatal e ressaltaram a importância dos investimentos em energia renováveis.

Segundo uma fonte que participou da reunião, o baixo investimento atual da empresa na exploração e descoberta de novas jazidas é hoje um ponto de atenção, já que a companhia está direcionando quase todo o investimento ao pré-sal e à Margem Equatorial, na Região Norte. Um integrante do grupo de transição destacou que, com base nos planos atuais da estatal, as reservas comprovadas da empresa teriam duração de menos de dez anos.

Essa fonte afirmou que é preciso “investir em pesquisa e exploração para descobrir novas reservas.”

Na reunião, a atual direção da estatal apresentou ao grupo de transição uma lista com 55 ativos em processo de venda. Cinco já estariam na reta final de negociação. De acordo com o Plano de Negócios 2023/2027, a estatal quer vender até US$ 20 bilhões em ativos.

A ideia, no entanto, foi rechaçada pelo grupo de transição, que mais uma vez pediu a suspensão de todos os processos de venda, principalmente de refinarias. Mas um participante da reunião revelou que os representantes da Petrobras “não se comprometeram” com a interrupção de qualquer processo de venda em andamento.

ENERGIA RENOVÁVEL

Um representante do grupo de transição lembrou ainda que foi defendido que a empresa aumente os investimentos em energia renovável, já que as ações em descarbonização foram consideradas “tímidas".

Em nota, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), coordenador do subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da transição, disse que “a Petrobras apresentou as linhas gerais de seu plano de negócios 2023/2027” e que foi observada “inflexão importante na prioridade dada à transição energética por meio da diversificação rentável, apontada como essencial pelos integrantes da transição para assegurar a sustentabilidade da companhia no longo prazo.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/12/2022

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras baixa gasolina e diesel

> A Petrobras anunciou ontem redução nos preços da gasolina e do diesel cobrados nas refinarias. São as primeiras quedas desde setembro, antes da eleição presidencial.

> Para a gasolina, a queda é de 6,09%, e o preço médio para as distribuidoras passará de R$ 3,28 para R$ 3,08, uma redução de R$ 0,20 por litro.

> Já o valor médio de venda de diesel para as distribuidoras terá redução de 8,17%, passando de R$ 4,89 para R$ 4,49, uma queda de R$0,40 por litro.

> A redução anunciada pela estatal vai equilibrar os preços nacionais com os do mercado internacional. Segundo a Abicom, associação que reúne os importadores, o valor do litro da gasolina vendida aqui estava 8% (R$ 0,24) maior que no exterior. No caso do diesel, o preço aqui estava R$ 0,34 maior (8%).

> O mesmo ocorre quando se observa as análises do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). A gasolina vendida no Brasil estava R$ 0,31 mais cara (10,41%) no Brasil, assim como o diesel (com valor 12,06% maior, ou R$ 0,52).

> Na redução anunciada para a gasolina, considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição do combustível comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, de R$ 2,25 a cada litro vendido na bomba. No diesel, a parcela da estatal no preço ao consumidor será, em média, de R$ 4,04 a cada litro vendido na bomba.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/12/2022

Seção: Economia

Autor:

Título: Novo governo terá de analisar volta de PIS/Cofins sobre combustíveis

Integrante da equipe de transição, o ex-ministro Nelson Barbosa defendeu ontem que, em algum momento, o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá de aumentar novamente a cobrança de PIS/Cofins sobre combustíveis.

— Uma questão para o próximo governo é quando e em que velocidade voltar com a tributação do PIS/Cofins de combustíveis. No Orçamento do ano que vem, o governo atual previu a sua continuação, mas isso ainda não está transformado em uma lei. É uma decisão que o próximo governo vai ter que tomar — afirmou.

O governo Jair Bolsonaro reduziu a zero os impostos federais sobre combustíveis num momento de acentuadas altas nos preços cobrados nos postos. A redução, porém, se encerra em 31 de dezembro. O impacto anual é de R$ 52 bilhões.

Barbosa pontuou que, no mundo inteiro, quando houve o choque de preços, houve corte de impostos:

— Agora, a maioria dos economistas também concorda que não deve subsidiar combustível fóssil indefinidamente — argumentou.

Segundo Barbosa, o "momento de retorno" tem que ser analisado em relação ao quadro geral do país, de inflação, crescimento e juros.

— Se você retoma muito rápido, o que ganha de receita perde no juro, porque a inflação sobe muito rápido.

O ex-ministro afirmou ainda que o PT não tem uma referência única nas discussões sobre temas econômicas:

— O PT não tem "Posto Ipiranga", não tem uma referência para uma ou outra política. O PT discute tudo. Na época da campanha, eu brinquei que, em vez de ter um Posto Ipiranga, a gente tem uma rede de postos BR. Só na campanha eram mais de cem economistas discutindo.

O apelido de "Posto Ipiranga" foi dado, em 2018, pelo então candidato e hoje presidente Bolsonaro ao economista Paulo Guedes, que se tornou seu ministro da Economia.

CAPAS DE JORNAIS

Valor ECONÔMICO

Chineses anunciam primeira 'colheita' de arroz no espaço B12

Direitos humanos são nova fronteira ESG para as companhias B4

Sorveterias artesanais investem em sabores brasileiros, diz Juliana Saboya, da carioca Mil Frutas B10

Destaques

Ideias

Indicadores

CCJ do Senado aprova PEC e amplia o teto em R$ 145 bi

Barbosa defende regra fiscal fora da Constituição

Pressão de gastos

Novo complexo do Einstein custará R$ 1,2 bi

COP 15 já começa sob risco de fracasso

Kirchner é condenada a 6 anos de prisão

Mantiqueira compra a Fazenda da Toca

Sua previdência merece a melhor gestora de fundos do mercado.

Pelo 3º ano consecutivo, a melhor gestora de fundos de previdência segundo a FGV.

ACOMPANHE A BRADESCO ASSET

bradesco asset management

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 7 de DEZEMBRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 47167
estadão.com.br

Verbas sem transparência __A6

STF julga orçamento secreto; Congresso tenta mudar regras

__Parlamentares propõem alterações para tentar manter mecanismo

O futuro do orçamento secreto será decidido em julgamento que começa hoje no Supremo Tribunal Federal. Os ministros vão analisar ações que questionam a constitucionalidade do mecanismo. Nas semanas que antecederam a entrada do tema na pauta do STF, líderes do Congresso elaboraram uma minuta de projeto de resolução para tentar convencer a Corte a aceitar a manutenção, sob novas regras, do sistema que distribui verbas federais por meio de emendas. A proposta é distribuir os recursos entre bancadas e parlamentares proporcionalmente ao tamanho dos partidos na Câmara e no Senado. Além disso, metade dessas verbas seria destinada obrigatoriamente para saúde e assistência social. Desde 2020, as emendas do orçamento secreto somam R$ 53,5 bilhões. Para 2023, o projeto de Orçamento da União reserva R$ 19,4 bilhões.

Coluna do Estadão __A2

Voto de Weber definirá negociação

Voto da presidente do STF deve influenciar demais ministros e também guiar a reação do Congresso.

TRANSIÇÃO __B1 e B2

Comissão do Senado aprova PEC com teto ampliado em R$ 145 bilhões

Texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça autoriza elevação de gastos em 2023 e 2024 para bancar o Bolsa Família. Texto deve ir a plenário hoje.

R$ 23 bilhões
é a quantia autorizada fora do teto para investimentos se houver receita extra

Catar 2022

PATRICIA DE MELO MOREIRA / AFP

Com Cristiano Ronaldo no banco, Portugal massacra a Suíça

Gonçalo Ramos comemora com Pepe o primeiro dos 3 gols que marcou nos 6 a 1 de Portugal sobre a Suíça; Ramos jogou no lugar de Cristiano Ronaldo (*no fundo, de colete amarelo*), que entrou no 2º tempo. Portugal enfrentará Marrocos no sábado. __A16

Vitória épica __A17

Marrocos elimina a Espanha e pela primeira vez passa das oitavas na Copa

Com uma grande torcida no estádio, Marrocos venceu a Espanha por 3 a 0 nos pênaltis, após empate sem gols no tempo normal e na prorrogação, e faz sua melhor campanha em Copas.

MATTHEW CHILDS / REUTERS

Goleiro Bounou é erguido no gramado: defendeu 2 pênaltis

Argentina __A10

Cristina Kirchner é condenada a 6 anos de prisão e perde direitos políticos

Vice-presidente foi condenada por ter favorecido empresário em licitações. Ela pode recorrer e não deve ser presa.

E&N Empresariado __B8

Skaf une sindicatos para tentar tirar Josué Gomes do comando da Fiesp

Dirigentes de 86 dos 131 sindicatos convocaram assembleia para tentar afastar presidente.

Saúde pública __A12
Brasil se aproxima de recorde anual de mortes por dengue

C2 Cinema __C1
Cacá Diegues roda 'Deus Ainda É Brasileiro' em Maceió

Especial COP-27 __1 a 8
Ações dependem de governos e da mobilização da sociedade

Notas e Informações __A3

O Judiciário e o golpismo nas redes

Amanda Graciano __B20
Viés algorítmico em IA repete padrões raciais

Roberto DaMatta __C7
A Copa do Mundo e a lâmpada de Aladim

Edição de hoje
6 CADERNOS - 84 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes. Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios Especial COP - 27 C2. Cultura & Comportamento, A fundo JC. Jornal do Carro Especial CNI

Tempo em SP
19° Mín. 27° Máx.

ISSN 1516-2893

VerCapas.com.br

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.216 QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2022 R$ 6,00

copa 2022

Gabriela Biló/Folhapress

EM SHOW PORTUGUÊS, CRISTIANO RONALDO INICIA NO BANCO

Após atrito com técnico, craque só entrou contra a Suíça aos 29 do segundo tempo e assistiu a seu substituto, Gonçalo Ramos, marcar 3 na goleada de 6 a 1, que levou Portugal às quartas p.3

Transição estuda reestruturar ao menos dez pastas

Remodelação busca contemplar interesses de aliados da gestão petista; nova secretaria e EBC são órgãos sob disputa

A equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda a reestruturação de ao menos dez ministérios. Boa parte das mudanças em análise está na Economia, mas as discussões passam também por pastas como Agricultura, Desenvolvimento, Cultura, Comunicações, Ambiente e Relações Exteriores. A remodelação busca contemplar interesses de aliados.

Um dos objetos de cobiça é a Secretaria de Economia Solidária, idealizada para promover políticas voltadas aos trabalhadores de serviços por aplicativos.

A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) é outro órgão sob disputa. Os petistas Edinho Silva e Rui Falcão e o jornalista Kennedy Alencar são cotados para a autarquia, que poderia ficar vinculada à Secom.

A proposta de uma pasta destinada ao combate à fome, que seria fruto do desdobramento do Ministério da Agricultura, incluindo o Incra e o setor destinado à agricultura familiar, também divide a transição.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO) diz que não deveria haver desmembramento, em choque com a opinião de representantes de movimentos sociais. Política A4

Marrocos derruba Espanha e é 1º país árabe nas quartas

O Marrocos eliminou a Espanha nas oitavas de final, ontem, nos pênaltis, após um empate morno por 0 a 0. O goleiro Bono brilhou ao defender duas penalidades. A equipe, que agora encara Portugal no sábado (10), é a primeira de um país árabe nas quartas de um Mundial. p.1 e p.2

OITAVAS DE FINAL
Jogos de ontem

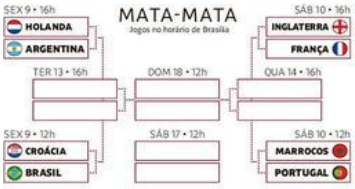
MAR x ESP
(3) 0 0 (0)

POR x SUI
6 1

Marcelo Damato
Na seleção, médico precisa de padrinho p.7

Tostão
Pontas mostram que as verdades são relativas p.7

Marroquinos comemoram na capital, Rabat, a vitória de sua seleção sobre a Espanha, nos pênaltis, pelas oitavas de final da Copa do Mundo Fadel Senna/AFP



cotidiano B2
Bandeira LGBTQIA+ incorpora pessoas trans e intersexo e luta antirracista

ilustrada C1
Papa do cinema marginal, Ozualdo Candeias faria cem anos e ganha mostra

EDITORIAIS A2
Emendas abertas
Sobre gastos orçamentários em análise no Supremo.

Sobe e desce da miséria
Acerca de variações da taxa de extrema pobreza.

Justiça condena Cristina Kirchner a 6 anos de prisão

A vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, foi considerada culpada de administração fraudulenta e condenada a seis anos de prisão e inabilitação perpétua para exercer cargos públicos. Cabe recurso, e Cristina, que nega irregularidades, responde em liberdade. Mundo A10

Lei europeia antidesmate avança e pode afetar Brasil
A UE deu aval a uma lei que obriga empresas a certificarem que a venda de produtos como café, carne e soja não está ligada ao desmatamento — os países do bloco ainda têm de aprová-la. Brasil e outros afetados se queixam de custos. A16

Furtos e roubos disparam em região do centro de São Paulo

Delegacias de polícia do centro da capital paulista registraram salto no número de roubos registrados de janeiro a outubro deste ano, superando até mesmo os de 2019, antes da Covid-19.

Nos Campos Elísios, a alta nos roubos foi de 41% em relação ao mesmo período do último ano pré-pandemia.

Os furtos, por sua vez, caíram na quela região e na Sé, mas subiram 27% na Santa Cecília, que anotou recordes dos dois tipos de crimes nos últimos 20 anos.

Prefeitura, estado e Polícia Civil negam que o aumento tenha relação com o espalhamento da cracolândia na região. Cotidiano B1

Indicado para Segurança foi sócio de PM expulso por pornografia B4

Coleta do Censo não será concluída neste ano, diz IBGE

Cotidiano B2

UE libera 5G em voos em 2023, mas deve vetar chamada

Mercado A20

CCJ do Senado aprova PEC de 2 anos e R$ 168 bilhões

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem a PEC da Transição, que amplia o teto de gastos para incluir o Bolsa Família por dois anos e reduz o impacto fiscal total para R$ 145 bilhões anuais em 2022 e 2023. São previstos outros R$ 23 bi em despesas extras. Votação no plenário deve ser hoje. Mercado A12

Noah Baumbach: Diretor fala sobre seu filme que mistura desastres ecológicos e referências dos anos 80 SEGUNDO CADERNO

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) *Roberto Marinho*

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2022 ANO XCVIII - Nº 32.629 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ • R$ 5,00

TRANSIÇÃO

PEC avança após impacto fiscal diminuir em R$ 30 bi

Limite do teto de gastos é esticado em R$ 145 bi, garantindo benefício de R$ 600

A "PEC da Transição" passou pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, avançando para provável aprovação no plenário da Casa hoje. A PEC permitirá ao governo Lula manter o Bolsa Família em R$ 600. Seu impacto fiscal, estimado inicialmente em R$ 198 bilhões, ficará em R$ 168 bilhões. Desse total, R$ 145 bilhões virão da ampliação do limite do teto de gastos. A validade será de dois anos. Segundo integrantes da equipe de transição, o plano fiscal de longo prazo deve sair na semana que vem. O ex-ministro Nelson Barbosa avalia que o problema fiscal do país "é possível de resolver". PÁGINAS 13 e 14

EDITORIAL

CONGRESSO DEVERIA ADOTAR LEIS PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA PÁGINA 2

VERA MAGALHÃES

Equipe de Lula e Congresso driblam atritos PÁGINA 2

ELIO GASPARI

Juiz exagerou ao sustar compra de blindados PÁGINA 3

BERNARDO MELLO FRANCO

Bolsonaro chora e perde a pose PÁGINA 3

IBGE não concluirá coleta de dados do Censo 2022 este ano

Falta de recenseadores e recusa de moradores a responder questionários levarão fim dos trabalhos para 2023. PÁGINA 18

TSE aprova contas de campanha da chapa de Lula

Decisão foi por unanimidade, seguindo parecer da Procuradoria Eleitoral. Diplomação será na segunda-feira. PÁGINA 8

Orçamento secreto opõe Congresso e PT no Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve começar a julgar hoje se o orçamento secreto, como ficaram conhecidas as emendas de relator, é constitucional ou não. Nos bastidores, o futuro governo Lula e a cúpula do Congresso travam uma disputa contra e a favor do mecanismo. PÁGINA 4

Justiça condena Cristina a 6 anos de prisão por fraude

A vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, também foi sentenciada à inabilitação perpétua para cargos públicos por fraude contra o Estado entre 2003 e 2015, quando ela e o marido, Néstor Kirchner, ocuparam a Presidência. A defesa disse que vai recorrer, e Cristina descartou disputar as eleições de 2023. PÁGINA 19

FABRICE COFFRINI/AFP

Façanha. Gonçalo Ramos (26) comemora com Bruno Fernandes (8) um de seus gols contra a Suíça, no Estádio Lusail; ele foi o primeiro a marcar três vezes em um jogo nesta Copa

Facebook ameaça retirar notícias da rede nos EUA

A Meta, controladora do Facebook, afirmou ontem que pode suspender a publicação de notícias na rede social nos EUA se o Congresso americano aprovar uma lei que obriga as *big techs* a remunerarem veículos de mídia pelo uso de conteúdo. Legislação se inspira em modelo australiano. PÁGINA 16

Conselho da Meta pede mais rigor na moderação de VIPs

O órgão independente de supervisão da empresa que controla Facebook, Instagram e WhatsApp acusou-a de favorecer usuários célebres com um esquema de moderação "desigual" que deixa conteúdos perigosos ou inadequados on-line por dias, em vez de retirá-los de imediato. O conselho pediu uma "reforma significativa". PÁGINA 20

CATAR • 2022

Sem CR7, Portugal brilha e faz 6 a 1

Com Cristiano Ronaldo iniciando o jogo no banco por opção do treinador Fernando Santos, coube a seu substituto ser o protagonista da goleada de Portugal sobre a Suíça por 6 a 1. A vitória selou com sobra a vaga nas quartas de final, contra o Marrocos. Gonçalo Ramos foi o nome da partida ao fazer três gols; Pepe, Guerreiro e Rafael Leão completaram o placar. CADERNO DE ESPORTES

JACK GUEZ/AFP

Paredão. Bono defendeu duas cobranças dos jogadores espanhóis, e uma terceira acertou a trave

HISTÓRICO

Defesa leva o Marrocos às quartas

Com sólida marcação e o brilho do goleiro Bono na disputa de pênaltis após o 0 a 0 com a Espanha, Marrocos avança pela primeira vez às quartas, e torcida delira.

CARLOS EDUARDO MANSUR

Croácia deve fazer o oposto da Coreia

GUSTAVO POLI

Uma fiapo é o bastante para o jogador brasileiro criar

INSPIRADO NO ÍDOLO

Richarlison em busca de quebrar um jejum de 20 anos

Com três gols, o camisa 9 está na perseguição a Mbappé, que tem cinco, para se tornar o primeiro artilheiro brasileiro de uma Copa depois de Ronaldo Fenômeno em 2002.

Nova onda da Covid deve ser menos intensa

Especialistas acreditam que, diferentemente dos avanços provocados por outras subvariantes da Ômicron, novo aumento em casos, internações e mortes deve ser menor e menos duradouro graças, principalmente, à vacinação. Mas aglomerações causadas pela Copa e final de ano preocupam. PÁGINA 21

Estudantes bolsistas vivem incerteza com bloqueio do MEC

Alunos pobres ou cotistas ficam sem auxílios com retenção de R$ 431 milhões. "Não tenho dinheiro para ir à faculdade", diz Jéssica Pinheiro, da UFRJ. PÁGINA 11

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2022 NÚMERO 21.814 • 26 PÁGINAS • R$ 3,00

Ed Alves/CB/D.A Press

GDF devolve transporte do Entorno para a ANTT

Ao *CB.Poder*, o secretário de Mobilidade, Valter Casimiro, anunciou que o Executivo local desistiu de gerir os ônibus que ligam a capital aos municípios vizinhos. Casimiro também afirmou que o governo não vai recorrer da decisão do STF de suspender o reajuste de 26% nas tarifas.

PÁGINA 17

Governo eleito projeta reajuste gradual a servidor

Coordenador técnico da Transição, Aloizio Mercadante afirmou que não há espaço no Orçamento para a recomposição salarial imediata do funcionalismo. Ele, no entanto, prevê que a correção ocorrerá gradualmente na gestão Lula (PT). "Os servidores, que ficaram sete anos sem reajuste, não podem esperar que o governo que entra daqui a um mês possa fazer um aumento retroativo por uma perda que nós reconhecemos, porque não tem esse recurso no orçamento". Mercadante disse ainda que é necessário esperar a aprovação da PEC do Bolsa Família para identificar eventuais brechas para aumentos. Quanto a concursos, ele também foi cauteloso: "Nós vamos analisar ponto por ponto (...) Tem que olhar com calma para ver o que é absolutamente emergencial".

- CCJ do Senado aprova PEC fura-teto de R$ 145 bilhões. Plenário vota hoje
- Lula discute com partidos aliados: nova Esplanada sai na próxima semana

PÁGINAS 2 E 3

Carlos Vieira/CB/DA Press

Situação insustentável

Reitora da UnB, Márcia Abrahão diz que corte de verba gera crise e preocupa servidores, funcionários terceirizados e alunos, como Luma Gomes (foto), que faz as refeições na universidade.

PÁGINA 19

Twitter/Reprodução

Kirchner condenada a 6 anos de prisão

Vice-presidente argentina pode recorrer do veredicto, que também cassou os direitos políticos dela para sempre. Em discurso, Cristina denunciou a "máfia judicial".

PÁGINA 9

Correio debate desafios de 2023

Seminário promovido pelo jornal, no dia 15, vai discutir as perspectivas para o Brasil a partir do próximo ano, o primeiro da nova gestão Lula.

PÁGINA 4

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Corajosas e independentes

No Distrito Federal, as mulheres são responsáveis pelo sustento de 49% das casas. Cláudia trabalha e tem autonomia financeira para cuidar sozinha de Ravi: empoderamento feminino.

PÁGINA 20

AFP

Um feito à altura do barulho DA TORCIDA

O **Correio** mediu, ontem, no Estádio da Educação, os decibéis da fanática massa de Marrocos no triunfo nos pênaltis contra a Espanha. Brasil x Croácia, Holanda x Argentina, Inglaterra x França e Portugal x Marrocos: confira a análise sobre as quartas de final.

AFP

Portugal pinta o 6 sem precisar do 7

Com show de Gonçalo Ramos testemunhado por Cristiano Ronaldo na maior parte do tempo no banco, lusitanos se vingam da Suíça com autoridade.

A versão Gru de Neymar

O Brasil tem um malvado favorito para as quartas de final. Dos 76 gols do camisa 10 pela Seleção, três foram contra a Croácia, a maior vítima europeia no caderninho de bolas na rede do segundo maior artilheiro em jogos vestindo a amarelinha.

PÁGINAS 13 A 16

SAÚDE

Ultraprocessados impactam cognição

Consumo dos produtos, além de comprometer o organismo, pode levar a um declínio da função cognitiva.

PÁGINA 12

LATROCÍNIO

Menor mata pintor para roubar celular

Caso ocorreu em Ceilândia. Em 24 horas, outros dois homicídios foram registrados no Areal e no Recanto das Emas.

PÁGINA 18

Luiz Carlos Azedo
Lula já tem votos para aprovar PEC no Senado. PÁGINA 4

Denise Rothenburg
Com a PEC aprovada, a ordem é surfar na boa onda. PÁGINA 5

Samanta Sallum
Réveillon e posse de Lula com programação integrada. PÁGINA 18

Jane Godoy
A magia do Natal na casa de Márcia Crema. PÁGINA 20

9 771808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .